

Aliados de Sarney tentam derrubar projeto de Egídio

BRASÍLIA — Na luta para ficar cinco anos no poder, o presidente José Sarney travará hoje mais uma batalha, na sessão da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Constituinte. O grupo *Centro Democrático*, do PMDB, sob o comando dos deputados Expedito Machado (CE) e Albérico Filho (MA), que é primo de Sarney, fará a primeira tentativa para derrubar o substitutivo do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). A proposta do relator limita o mandato de Sarney a quatro anos, adota o parlamentarismo e dá cinco anos de mandato aos próximos presidentes da República.

"Minha impressão é de que a comissão está dividida entre os que querem cinco anos e os que só admitem quatro", disse Egídio, quando se preparava para o debate desta manhã. "É uma temeridade conferir mandato de cinco anos ao atual presidente. Vivemos uma transição para a democracia longa e deteriorante, tão demorada que, iniciada a partir do governo do general Ernesto Geisel, já se arrasta por 13 longos anos". Segundo o relator, nenhum país oferece um precedente tão inusitado de transição política.

O substitutivo de Egídio foi o assunto de ontem na Constituinte. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB), chamava a atenção para outros itens da proposta. "A eliminação do Tribunal Federal de Recursos e a limitação a 12 anos do mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal também são mudanças importantes que alteram as instituições deste país".

Tancredo — Em seu projeto, Egídio acentuou que Tancredo Neves comprometeu-se a governar apenas quatro anos e ressaltou que nada tem de pessoal contra o presidente, mas pediu que ele fosse fiel às palavras do primeiro discurso, "quando prometeu ser maior do que era". E acrescentou, referindo-se a Sarney: "O momento e a nação exigem que ele o faça. Ainda é tempo. O destino do país está em suas mãos".

pede Egídio. O substitutivo propõe a adoção do parlamentarismo puro, com o primeiro-ministro escolhido entre os integrantes do Congresso e os ministros, sem exceção para os militares, sujeitos a voto de desconfiança dos parlamentares. Esse é também um artigo que o *Centro Democrático* tentará derrubar.

Pelo projeto, o presidente da República é o chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas. Será eleito por maioria absoluta de votos (metade mais um) e se não tomar posse em dez dias o cargo será declarado vago pelo Tribunal Superior Eleitoral. A renúncia do presidente só se torna efetiva com o conhecimento do Congresso. O presidente tem poderes para nomear e exonerar o primeiro-ministro.

O primeiro-ministro é o chefe do Governo e será nomeado após consulta aos partidos que



Brasília — Luciano Andrade



Egídio só dá 4 anos de mandato

formam a maioria no Congresso. Na terceira vez que o Congresso rejeitar o nome apresentado pelo presidente da República, este poderá nomear quem quiser ou dissolver o Congresso.

A moção de desconfiança implica a exoneração do primeiro-ministro e de todos os demais integrantes do gabinete. Com a incumbência de exercer a direção superior da administração federal, o primeiro-ministro promove também a unidade da ação governamental, presta contas ao Congresso, decreta estado de calamidade e divide outras atribuições com o chefe de Estado.

Convencido de que o presidencialismo esgotou-se no Brasil, Egídio afirmou que "a estabilidade do regime passa inapelavelmente por um sistema de governo bem estruturado e preciso como o parlamentarismo". Ele advertiu que se o país não adotar o parlamentarismo e não realizar eleições presidenciais em novembro de 1988 "entrará em profundo e perigoso vazio de poder".

□ A tendência das bases municipais do PMDB gaúcho, segundo pesquisa elaborada pelo diretório regional do partido, é a adoção do mandato presidencial de quatro anos, com parlamentarismo puro e voto proporcional como sistema de eleição. Os resultados parciais da consulta foram divulgados em Porto Alegre pelo presidente regional, deputado Lélcio Souza. Dos 244 diretórios municipais do estado foram ouvidos 23, o que significa cerca de 395 dos 3 mil 500 membros do diretório regional. O presidente do PMDB no Paraná, deputado Maurício Fruet, acredita que até a próxima quinta-feira serão recolhidas as 300 assinaturas necessárias para convocar a convenção nacional do partido, com a finalidade de definir o mandato de Sarney.

Jogo só vai ser decidido no plenário

João Gilberto

BRASÍLIA — A opinião pública tem dificuldades de compreender o que acontece na Constituinte, através destas diferentes etapas até chegar a um projeto de Constituição e daí à Carta brasileira, finalmente. Mas, é como se estivéssemos na preparação da seleção para uma Copa do Mundo; primeiro acontecem os treinamentos, depois é que vêm os jogos para valer. Essas etapas de subcomissões e comissões apenas são treinos, porque visam à montagem de um projeto; jogo mesmo só quando os 559 constituintes votarem em plenário, a partir de meados de setembro. Como todo o treino, essa etapa tem valor para a gente saber de tendências, possibilidades e rumos, mas resultado definitivo somente na votação de plenário.

Na passagem da primeira etapa — subcomissões — para o atual momento das oito comissões temáticas, encontramos muitas alterações. Pouco a pouco os temas diversificados ganham corpo de projeto, diminuem algumas divergências e demarcam-se pontos inconciliáveis.

O trabalho preliminar dos oito relatores, que será apreciado até dia 15 deste mês, denota uma preocupação de harmonização e de melhor estruturação das matérias. O número total de artigos propostos diminuiu de mais de 600 para 545. No longo caminho esse número será ainda mais reduzido e o projeto será apresentado com um número talvez menor do que a proposta da Comissão Afonso Arinos. Deve-se levar em conta que o "artigo" brasileiro é mais sucinto do que na maioria das constituições europeias, em que, às vezes, um "artigo" tem muitas frases e envolve até uma página impressa.

Ensaio geral — O ensaio geral para um projeto constitucional, agora apresentado, mantém a tendência de inovação em aspectos fundamentais como os direitos individuais e coletivos e as novas formas de participação dos cidadãos. Reescreve alguns dispositivos dos temas sociais em linhas mais realistas e constitucionais. Revê a parte econômica, aprofundando no caráter nacionalista e mantendo posição protetora da livre empresa, da propriedade e de outros institutos do modelo capitalista ocidental. Mantém normas atuais, com algumas alterações, quanto aos partidos políticos e a organização das Forças Armadas. Amenizado, permanece o instituto da Segurança Nacional e seu Conselho.

A parte tributária e orçamentária continua com inovações, mas é diminuído o peso inicialmente dado aos estados mais pobres na repartição do bolo entre as unidades da

Federação. A tendência à descentralização e ao fortalecimento dos estados e municípios continua. As muitas criações de novos estados são jogadas para um processo posterior. As novidades apresentadas em dimensões como o negro, o índio, a mulher, a criança, o idoso, o meio ambiente, os portadores de deficiência, a família... estão presentes, em alguns casos com redação mais concisa.

Nesta nova etapa, as leis regulamentadoras voltam com muita força. Elas é que disporão sobre questões polêmicas com o limite da propriedade ou o emprego das Forças Armadas; condições de participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras ou o poder do povo de destituir o eleito que não esteja cumprindo bem seu mandato. Em muitas e fundamentais questões será a lei posterior que demarcará os limites e os instrumentos de realização. Algumas dessas legislações têm, inclusive, prazo definido para serem feitas.

O parlamentarismo é fortalecido no trabalho do relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, o qual marca para 15 de novembro de 1988 a eleição presidencial, retomando a polêmica sobre o mandato do atual presidente.

Reações — Nos próximos dias acompanharemos as reações das correntes de opinião. A esquerda vai reclamar muito da redação dada à questão da reforma agrária, ao papel das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional e às limitações sobre partidos políticos. A direita vai se insurgir contra dispositivos da ordem econômica e da ordem social, nesta os direitos dos trabalhadores e a permanência da estabilidade em bases tecnicamente melhores e naquela os dispositivos de acentuado cunho nacionalista, a possibilidade da lei limitar a propriedade, além de questões em outras comissões, como a gama de direitos coletivos.

Algumas polêmicas demarcadas fortemente na primeira etapa, como a do Tribunal Constitucional, continuam com redações divergentes entre comissões. Outras mais setoriais, como o caso das verbas públicas só para o ensino público, foram reescritas com maior abrangência, mas ainda estão explosivas no confronto de interesses antagônicos.

Enfim, é de lembrar que se trata de um novo ensaio geral, na busca de escrever um projeto de Constituição, o qual vai ser oferecido ao debate nacional em 15 de julho, após o trabalho sistematizador. Constituição, somente após os longos debates e votações do plenário. Até aqui a caminhada demonstrou o amadurecimento técnico dos estudos preliminares, com redações superiores.

O processo plural de etapas permite à opinião pública crescer em envolvimento no debate constitucional e os exageros ou omissões irem sendo corrigidos, mas não substitui a divergência fundamentada de correntes e de tendências.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.